

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Andrade Gutierrez paga mais R\$ 490 milhões em leniência	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Conta de luz sobe 1,45% para bancar subsídios	3
Título: ‘Vamos deixar o Bolsonaro sentar na cadeira: ela queima’	4
Título: Eletrobrás dá mais garantia para dívida de Santo Antônio	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Andrade assina acordo de leniência de R\$ 1,5 bi	8
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	9
Título: Energia mais cara em 2019	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Número 2 no Ministério das Minas e Energia	10
Título: Subsídios de R\$ 20,2 bi vão elevar contas de luz	11
Título: Desequilíbrio entre oferta e demanda derruba petróleo	12
Título: União leiloa R\$ 13,2 bilhões em linhas de transmissão	14
Título: Novo governo pode rever modelagem de Angra 3	16
Título: Gustavo Estrella assumirá presidência da CPFL Energia	18
Título: Taesa aposta em sinergias e compra ativos da J&F	20
Título: BRK fecha acordo inédito com BID	22

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/12/2018****Seção: Coluna****Autor: BELA MEGALE E MATEUS COUTINHO****Título: Andrade Gutierrez paga mais R\$ 490 milhões em leniência**

Acordo com AGU e CGU elevou para R\$ 1,49 bilhão multa por corrupção

Depois de dois anos de negociação, a Andrade Gutierrez aceitou pagar quase meio bilhão a mais ao governo em acordo de leniência firmado com a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) por seu envolvimento no esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato. O acordo, fechado ontem, elevou para R\$ 1,49 bilhão o total de multas a ser pago pela construtora para manter a possibilidade de prestar serviços ao poder público.

Na prática, os dois ministérios aderiram ao acordo que já havia sido homologado com a força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba com valor de R\$ 1 bilhão, envolvendo obras em várias esferas públicas. A empreiteira já tinha pago três parcelas, no valor de R\$ 280 milhões, em depósitos judiciais. Os R\$ 490 milhões estabelecidos no acordo de ontem referem-se apenas a contratos da empresa com órgãos e empresas do governo federal.

O acordo de leniência funciona como uma espécie de delação premiada da pessoa física. Nele, a companhia é obrigada a admitir irregularidades, colaborar com a investigação e reparar financeiramente o dano que causou ao país. Também protege a empresa de eventuais sanções aplicadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em contrapartida, a AGU vai desistir das duas ações de improbidade movidas contra a empreiteira na Justiça.

SEIS ACORDOS FECHADOS

O acordo prevê o pagamento em 16 parcelas anuais corrigidas pela Selic que, ao final, devem atingir um valor total de R\$ 3,6 bilhões. Leva em conta 54 contratos fraudulentos nos quais foram constatados o envolvimento de 250 pessoas físicas e 100 pessoas jurídicas em ilícitos. Os recursos serão distribuídos entre órgãos públicos e estatais lesadas, como a petrobras.

—Esse é um grande avanço no esforço desenvolvido pela AGU e a CGU, porque não ficamos adstritos à restituição do valor de propina, nós também inserimos nessa conta o lucro obtido indevidamente —afirmou a advogada-geral da União, Grace Mendonça. Sem mencionar os novos valores, a Andrade Gutierrez

afirmou, em nota, que o novo acordo "reafirma a postura de colaboração que a empresa adotou junto aos órgãos competentes" e que apoia "toda iniciativa de combate à corrupção".

Segundo o ministro da Transparência e CGU, Wagner Rosário, a empreiteira ficará proibida de contratar com o poder público se descumprir o acordo. Desde 2017, AGU e CGU já firmaram seis acordos de leniência, quatro relacionados à Lava-Jato. Com a Odebrecht, em agosto deste ano, foi acertada a devolução de R\$ 2,7 bilhões em até 22 anos. Na tratativa com a UTC em 2017, ficou definido o pagamento de R\$ 574 milhões à União. Ainda há 19 acordos em negociação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/12/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Conta de luz sobe 1,45% para bancar subsídios

Consumidores de todo o País vão pagar R\$ 17,2 bilhões em 2019 para permitir que alguns grupos de interesse tenham descontos tarifários

Os consumidores de energia elétrica terão de pagar R\$ 17,2 bilhões para cobrir o custo dos subsídios do setor em 2019. O valor foi aprovado pela Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) para que seja possível cobrir o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa embutida na conta de luz que banca programas sociais, descontos tarifários e empréstimos subsidiados para o setor. A conta de subsídios vai chegar a R\$ 20,2 bilhões, mas o fundo setorial contará com fontes de receita próprias de R\$ 3 bilhões.

O déficit da conta, portanto, é de R\$ 17,2 bilhões, que serão repassados às tarifas. Na prática, o consumidor tem de pagar um valor adicional em sua conta para permitir que alguns grupos de interesse possam ter descontos tarifários. Para pagar a CDE de 2019, a Aneel prevê que as tarifas vão subir 1,45%, em média, em todo o País.

O fundo setorial concede benefícios a diversos grupos, como a tarifa social da baixa renda e o programa Luz para Todos; descontos para agricultores, irrigação e empresas de saneamento; subsídios para produtores e consumidores de energias renováveis, e para a compra de carvão mineral; empréstimos subsidiados para as distribuidoras da Eletrobrás; compra de combustível para usinas termoeletricas em regiões isoladas, entre outros.

Postura ativa. O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace), Edvaldo Alves de Santana, disse estar decepcionado em relação ao patamar dos subsídios e cobrou uma postura mais ativa do órgão regulador sobre o tema, com fiscalização sobre os beneficiários. No último sábado, reportagem publicada pelo Estado apontou que os cálculos da Abrace mostravam que a conta de subsídios estava superestimada em R\$ 8,5 bilhões.

"Se uma organização pode moralizar a CDE, não tenho dúvida de que é a Aneel, não o Tribunal de Contas da União (TCU), governo ou Congresso", disse Santana. Na avaliação dele, o órgão regulador deveria ter, com o consumidor final, em se tratando de aumentos tarifários, a mesma atenção que dá a associações do setor que reclamam quando suas receitas podem cair. Para os consumidores industriais, o aumento será de cerca de 1,5%, segundo a Santana. Porém, os valores variam conforme as distribuidoras e os clientes e, em alguns casos, podem chegar a até 10% para os clientes de alta tensão no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, afirmou.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, disse que os subsídios da CDE são aprovados em lei e decretos e afirmou que o órgão regulador não tem "discrecionabilidade" para reduzir o valor. Segundo ele, cabe ao Congresso Nacional discutir a necessidade de manutenção de subsídios que incentivam a compra de energia de fontes renováveis, como eólicas e solares, por exemplo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/12/2018

Seção:

Autor: Marcelo Godoy

Título: 'Vamos deixar o Bolsonaro sentar na cadeira: ela queima'

Entrevista: José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil

José Dirceu desceu a escadaria com um celular na mão. Tinha olhar concentrado na tela do aparelho. "Acho que vou ser preso." O líder petista ficou tenso. Era seu advogado, Roberto Podval, quem lhe chamava ao escritório, interrompendo a série de compromissos que o aguardavam em São Paulo na quarta-feira passada. Alarme falso. Condenado a 41 anos na Lava Jato, ele falou ao Estado sobre Jair Bolsonaro, a crise ética do PT e a prisão que o espera.

Quando o PT foi fundado, dizia-se que a vida de um militante seria no mundo moderno um símbolo de que outra vida era possível. A crise ética do PT, exposta na delação de Antonio Palocci, não leva descrédito à esperança de que outro mundo é possível?

Você conhece os vereadores do PT? Os deputados, os prefeitos? Alguém enriqueceu na política? A Luiza Erundina enriqueceu? O Haddad? A Marta enriqueceu na política? Não tem. Problema de caixa 2 de eleição, relações com empresas, é uma coisa; outra é enriquecimento pessoal e corrupção. Uma coisa é a responsabilidade nossa, dos dirigentes, pelo caixa 2, pela relação com as empresas, pelo custo das campanhas. Outra coisa é o partido. Você não pode condenar um partido.

E o Palocci?

O Palocci é o Palocci. Não tem outro. Só tem o Palocci. Ninguém mais delatou. Quem que delatou mais? Ninguém. Aliás, estão presos só quem não delatou, porque está todo mundo solto. São mais de 180 delatores soltos com seus patrimônios. As empresas foram arruinadas. É o contrário no mundo, onde se protege as empresas e se desapropria todos os bens dos responsáveis pelos atos ilícitos das empresas. No Brasil, não. Aqui se fez o contrário. Toda a construção política da Lava Jato é em cima das delações, e a maioria delas em cima do terror psicológico.

Qual o destino político de Lula?

A história dirá. Já me perguntaram por que o PT não se livra do Lula ou não se desvencilha do Lula, insiste no Lula. Porque o PT e o Lula se confundem. O Lula tem um legado e domina 40 milhões de votos. O PT não só tem de defender a liberdade do Lula e a inocência dele, como também o legado dele.

Mas não fizeram isso pelo sr.

Mas é completamente diferente. Eu me defendo. Onde chego no Brasil, tenho apoio da militância do PT, de dirigentes.

Mas e a sua cassação...

Não me defenderam porque fizeram uma avaliação errada do que era o mensalão. Errada do que era a conjuntura. Se eu for me sentir vítima, teria morrido de enfarte ou de câncer há muito tempo. Eu tenho experiência política suficiente para compreender que isso era luta política e eu era o alvo da luta político. Podia ter sido outro. Eu superei isso, tanto que, apesar da Lava Jato, continuo na militância política.

Dilma em 2013 sancionou a lei de delações premiadas, que o sr. tanto critica. Ela sabia o que estava fazendo quando a sancionou?

O problema nosso foi ingenuidade de não fazer um pente-fino nessas leis (delação premiada, organização criminosa e antiterror) e não perceber que o modo aberto em que se deixou várias questões permitia o que está acontecendo. A lei de delação é tão absurda que, se a delação for anulada, continuam valendo as provas. O delator perde os benefícios, mas continua valendo a delação. Como pode fazer delação preso? Delação é pessoa solta, em liberdade. Erramos ao não nos darmos conta de que vários pontos podiam ser usados de maneira antidemocrática, ser instrumentos de repressão e não de Justiça.

Como fica Lula com Bolsonaro?

O Lula tem de seguir. O problema do Lula independe do governo Bolsonaro. Deixa o Bolsonaro tomar posse. Nós sabemos as intenções dele em relação a "n" questões, mas não na questão econômica. Vamos ver o que o (Paulo) Guedes vai fazer, o que o Congresso vai aprovar e como o Judiciário vai se comportar. Ele nunca escondeu o que seria em questões de política externa, de meio ambiente, maioria penal e da mistura do Estado com a religião.

É possível reconstruir pontes com partes do PSDB?

Há questões no Brasil que temos de defender com todos aqueles que queiram estar nessa luta. Todos são bem-vindos contra o Escola sem Partido, contra a mistura do Estado com a religião e questões da democracia e das liberdades individuais. Já a agenda econômica é mais restritiva.

E a reforma da Previdência?

Vamos esperar primeiro qual a reforma de Previdência que Bolsonaro vai propor.

Um regime único para militares, funcionários públicos e iniciativa privada?

Nós somos favoráveis. Os militares, os servidores públicos e a iniciativa privada. Vamos procurar pontos de contato com todas as forças políticas para se fazer uma reforma da Previdência, mas não essa de privatização da Previdência. O Brasil tem muita coisa para reformar que você pode ter contato com outras forças políticas, não necessariamente só as de esquerda. Eu sempre fui aliancista, sempre procurei alianças. Mas vamos aos fatos: nós esperávamos que o Fernando Henrique (Cardoso) apoiasse o (Fernando) Haddad no segundo turno. O eleitorado apoiou, pois nos 47 milhões de votos do Haddad têm uma parcela grande que é anti- Bolsonaro e votou no Haddad.

Haddad consegue ser um líder popular?

Ele vai ser um líder político.

Mas popular?

A história dirá. Não posso dizer. Ele tem condições de ser.

A oposição pode se unir em torno de Ciro Gomes?

Ela não vai se unir em torno de figura nenhuma. Ela vai se unir em torno de pontos concretos.

É possível o PT convergir com forças da centro-direita?

Pode-se convergir com outras forças em questões que são essenciais das liberdades democráticas. Não fizemos isso na campanha das direitas? Vamos deixar o Bolsonaro sentar na cadeira. Aquela cadeira queima; queima aquela cadeira de presidente. Ele vai ter de tomar várias decisões em janeiro e fevereiro. Ele vai desvincular o salário mínimo da Previdência? Ele vai congelar o salários dos servidores públicos? Vai revogar a tabela do frete, subsidiar o diesel? A vida é dura. Que reforma da Previdência ele vai fazer? Ele vai realmente adotar sua política externa? Ele vai descontingenciar, executar todo o orçamento das Forças Armadas, da Segurança e da Justiça e vai contingenciar o orçamento da Saúde e Educação? Ele vai desconstituir a Loas (Lei Orgânica da Assistência Social)? Porque tem declarações muito contraditórias entre eles. Qual a política dele? Deixa ele governar. Não foi eleito? Vamos fazer oposição conforme as propostas que ele fizer, independentemente do fato de que somos oposição a ele já, pois temos concepções diferentes de País, de vida, de tudo. Quero que ele comece a governar, tomar decisões, porque senão fica parecendo que você está torcendo para dar errado, né. Não estou torcendo para dar errado; só estou dizendo que não vai dar certo. Não deu em outros países, não vai dar aqui.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/12/2018

Seção: Coluna do broadcast

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães

Título: Eletrobrás dá mais garantia para dívida de Santo Antônio

A Eletrobrás passou a garantir 42,5% da dívida de R\$ 8 bilhões na reestruturação dos débitos da Santo Antonio energia, anunciada pela

companhia na segunda-feira, 17. Anteriormente, a garantia da Eletrobrás estava limitada a 39%. O passivo foi renegociado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e um pool de instituições repassadoras do empréstimo, composto por Bradesco, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander e o chinês Haitong. Além de mais garantias, a remuneração do empréstimo foi elevada de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais um prêmio de 2% para TJLP mais 3,4%.

» Alívio. Em contrapartida, os compromissos com essa dívida foram adequados ao fluxo de caixa da companhia até 2040, levando em consideração o impacto do risco hidrológico, conhecido por GSF no jargão do mercado de energia elétrica. Foi, aliás, a elevação dos custos para a geração de energia, em decorrência da falta de chuva que afeta a produção da hidrelétrica, entre outros motivos, que levou a empresa às dificuldades para pagamento dessa dívida. A Eletrobrás é controladora de Furnas, que é acionista da Santo Antonio energia, ao lado do FIP Amazônia energia, da Caixa Econômica Federal, da Odebrecht energia do Brasil, da SAAG Investimentos, que tem como maior acionista a Andrade Gutierrez Participações, e da Cemig Geração e Transmissão. Procurados, os bancos não comentaram, bem como a Eletrobrás.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/12/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Andrade assina acordo de leniência de R\$ 1,5 bi

Alvo da Lava Jato, empreiteira destinará a maior parte dos recursos à petrobras e poderá ter novos contratos com governo

Brasília- O governo federal anunciou nesta terça-feira (18) a assinatura de acordo de leniência com a empreiteira Andrade Gutierrez, investigada pela Operação Lava Jato, no valor de R\$ 1,49 bilhão.

Ela terá 16 anos para pagar a quantia, em parcelas com vencimento em julho. Com a correção pela Selic, a previsão é que o montante chegue a R\$ 3,6 bilhões ao fim do prazo.

O acordo considera termo de leniência firmado entre a Andrade Gutierrez e o Ministério Público Federal em 2016, no valor de R\$ 1 bilhão. Ou seja, as quantias já pagas serão quitadas do total.

Segundo o Ministério da Transparência e a AGU (Advocacia-Geral da União), responsáveis pela negociação, os valores se referem ao pagamento de danos, multa e enriquecimento ilícito "no âmbito de 54 contratos fraudulentos".

Os recursos serão integralmente destinados aos órgãos federais lesados, principalmente a petrobras, que receberá o maior montante.

A ministra da Advocacia-Geral da União, Grace Mendonça, afirmou que não haverá interrupção nos trabalhos em andamento.

"Tudo está sendo passado com lealdade e transparência, e não teremos descontinuidade nesse trabalho, pois está institucionalizado", disse.

Com o acordo, serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos movidos pelo poder público contra a empreiteira.

"A empresa também fica liberada para celebrar novos contratos com o governo federal. Todavia, perderá todos os benefícios se descumprir o acordo", informou o governo.

Segundo a AGU, até o momento, foram fechados seis acordos de leniência com empresas envolvidas em irregularidades com recursos federais.

Os acertos feitos até agora chegam a R\$ 6 bilhões, sem considerar a correção monetária. Do total, R\$ 589 milhões já foram pagos. A AGU e a Transparência negociam mais 19 acordos, sendo que dois deles estão em fase avançada.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/12/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Energia mais cara em 2019

Os consumidores de energia elétrica terão que pagar R\$ 17,187 bilhões para cobrir o custo dos subsídios do setor em 2019. O valor foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para que seja possível cobrir o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa embutida na conta de luz que banca programas sociais, descontos tarifários e empréstimos subsidiados para o setor.

O orçamento da CDE neste ano deve somar R\$ 20,208 bilhões, mas o fundo setorial contará com fontes de receita próprias de R\$ 3,021 bilhões. O déficit da conta, portanto, é de R\$ 17,187 bilhões, que serão repassados aos consumidores, por meio da conta de luz. No ano passado, o orçamento geral da CDE atingiu R\$ 20,053 bilhões. Neste ano, portanto, as despesas aumentariam em R\$ 155 milhões, ou 1%.

Os subsídios na conta de luz beneficiam diversos grupos de interesse. Na prática, o consumidor residencial paga um valor adicional para permitir que outros possam ter descontos tarifários. Todos os grupos beneficiados têm seus descontos assegurados por lei ou decreto.

Para pagar a CDE 2019, a Aneel prevê que as tarifas vão subir 1,45% em todo o país, em média. Para clientes do Norte e Nordeste, a alta seria de cerca de 0,82%. Para os das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o aumento seria de 1,74%.

Por nível de tensão, segundo a Aneel, no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, os consumidores de alta tensão terão aumento de 2,37% nas tarifas; os de média tensão, 1,78%; e os de baixa tensão, 1,30%. No Norte e Nordeste, o impacto médio será de 1,25% na alta tensão; 0,72% na média tensão; e 0,54% na baixa tensão. Ainda segundo a Aneel, consumidores cativos, atendidos pelas distribuidoras de energia, sentirão impacto negativo de 0,2% na conta de luz, em média.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2018

Seção: Brasil

Autor:

Título: Número 2 no Ministério das Minas e Energia

O consultor legislativo Fábio Gondim, ex-secretário de Saúde do Distrito Federal, é o nome mais forte para assumir como "número 2" do Ministério de Minas e Energia. Ele já tem despachado na equipe de transição do governo eleito, que se reúne diariamente no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília. Gondim já teria sido inclusive convidado pelo futuro ministro, almirante Bento Albuquerque. Ele é pouco conhecido no setor. Atual consultor no Senado, Gondim já atuou como secretário de Planejamento no governo do Maranhão e cogitou candidatar-se a deputado federal neste ano, pelo Distrito Federal, mas

desistiu e fez campanha informal por Jair Bolsonaro. O consultor legislativo foi secretário na gestão do governador Rodrigo Rollemberg (PSB) em Brasília.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Ritner

Título: Subsídios de R\$ 20,2 bi vão elevar contas de luz

Os consumidores do sistema interligado nacional terão que arcar com um aumento médio de 1,45% nas tarifas de energia para manter os subsídios distribuídos no setor elétrico em 2019. A estimativa foi feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao aprovar ontem, em sua última reunião de diretoria colegiada do ano, o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Houve pressões da indústria eletrointensiva por uma revisão dos subsídios. A agência reguladora, entretanto, manteve praticamente intacta a proposta que havia colocado em audiência pública no mês passado e definiu em R\$ 20,208 bilhões o orçamento da CDE para o próximo ano.

O ônus vai recair especialmente sobre os consumidores livres, ou seja, grandes indústrias e pesos-pesados do comércio (como shopping centers ou hipermercados). Eles terão uma alta de 2,37% nos subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste. No caso das regiões Norte e Nordeste, o aumento médio ficaria em 1,25%.

Consumidores do mercado regulado (aqueles que precisam comprar energia obrigatoriamente de distribuidoras) terão queda de 0,2% nas tarifas. Isso só vai ocorrer porque um empréstimo tomado pelas distribuidoras em 2013 - e que vinha sendo amortizado pouco a pouco, ao longo dos últimos anos, nas tarifas dos consumidores cativos - está sendo finalmente quitado.

A CDE reúne subvenções para programas como a tarifa social que beneficia a população de baixa renda, o programa de universalização de energia (Luz para Todos) e a compra de combustíveis fósseis em sistemas isolados.

O presidente-executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Edvaldo Santana, disse ter ficado decepcionado com a decisão. Ele compareceu à reunião da agência, em que já foi diretor, para

apontar rubricas da CDE que poderiam ter reduções. Os argumentos estavam tão bem embasados que uma técnica da Aneel foi deslocada para rebater, ponto a ponto, as questões atacadas por Santana.

De acordo com o executivo, que citou acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), só dois dos nove tipos de subvenções incluídas na CDE têm controle e fiscalização adequados. Como sinal do suposto descontrole, mencionou que, em relação à média dos últimos três anos, os subsídios para consumidores rurais subiram 23% e 36% para consumidores das novas fontes renováveis - eólica, solar, biomassa e pequenas hidrelétricas.

"Se uma organização pode moralizar a CDE, não tenho dúvida de que é a Aneel", disse, em tom de apelo, o presidente da Abrace. Ele acrescentou que a alta das tarifas por causa do orçamento da CDE não será linear e algumas empresas do setor industrial precisarão conviver com preços entre 8% e 10% maiores.

"A Aneel calcula a CDE, mas tem que seguir os comandos legais que amparam as receitas e as despesas da conta", ressaltou o diretor Efrain Cruz, relator do orçamento do fundo para 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Alice Woodhouse e Adam Samson

Título: Desequilíbrio entre oferta e demanda derruba petróleo

Produção de xisto nos EUA levou o país a ser o maior produtor mundial de petróleo, superando Arábia Saudita e Rússia

Os preços do petróleo tiveram fortes quedas ontem, uma vez que os cortes nas cotas de produção anunciadas pelos maiores produtores mundiais, liderados por Arábia Saudita e Rússia, não foram suficientes para mitigar o temor de que o mercado volte a sofrer de excesso de oferta, em razão da alta produção de petróleo de xisto nos Estados Unidos.

O temor de que uma possível desaceleração econômica mundial enfraqueça a demanda por petróleo também agravou as preocupações de que os cortes na oferta não sejam suficientes para sustentar as cotações.

A desvalorização do petróleo chega em meio a uma onda de vendas nos mercados acionários mundiais, afetados pela continuidade dos receios quanto ao impacto da disputa comercial entre EUA e China no crescimento da economia mundial.

"Os preços continuam em queda livre", disse Carten Fritsch, do Commerzbank. "O efeito dos cortes anunciados na produção depois do encontro [no início do mês] da Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] evaporou-se inteiramente."

O barril de petróleo do tipo Brent, referencia internacional da commodity, caiu 5,62% em Londres, cotado a US\$ 56,26. O barril do tipo West Texas Intermediate, referencia americana, fechou em queda de 7,17%, a US\$ 46,60.

Os maiores produtores do mundo acertaram corte de 1,2 milhão de barris em suas cotas de produção diária para estancar a queda de mais de 30% nas cotações acumulada desde a marca de US\$ 86 por barril atingida em outubro. A decisão de reduzir a oferta veio em contraposição ao presidente dos EUA, Donald Trump, que havia pedido à Opep para manter a produção elevada e os preços, baixos.

Apesar dos cortes, a Arábia Saudita vem produzindo volumes recorde, acima de 10 milhões de barris por dia desde julho. Além disso, os EUA decidiram isentar alguns compradores de petróleo iraniano das sanções econômicas contra Teerã, permitindo a entrada de mais petróleo no mercado do que se antecipava.

Ainda assim, a produção e as exportações do Irã acabaram encolhendo. O mesmo aconteceu com outros produtores, como a Venezuela, que viram sua oferta diminuir por problemas locais. A produção e as exportações do maior campo de petróleo da Líbia, El Sharara, estão suspensas por problemas de segurança.

Isso, porém, não foi suficiente para firmar as cotações do petróleo, como esperavam os maiores produtores mundiais, que dependem das receitas da commodity para sustentar suas economias.

Dados do Departamento de Energia dos EUA mostraram que o país superou Rússia e Arábia Saudita como maior produtor mundial de petróleo. A produção americana atingiu o recorde semanal de 11,7 milhões de barris por dia.

O quadro geral alimentou dúvidas quanto à efetividade do recente corte das cotas de produção e deixou analistas e operadores se perguntando até quando a Opep e seus aliados vão estar dispostos a continuar contendo sua produção para beneficiar rivais dos EUA.

Agentes do mercado também questionam até que ponto a Rússia vai diminuir sua produção, depois de o país ter atingido produção recorde em dezembro, superior a 11,4 milhões de barris por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: União leiloa R\$ 13,2 bilhões em linhas de transmissão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza amanhã o que promete ser o maior leilão de transmissão da história em termos de investimentos contratados. Os 16 lotes que serão oferecidos envolvem 7.152 quilômetros de extensão em linhas de transmissão e R\$ 13,2 bilhões em investimentos.

A expectativa de especialistas e investidores ouvidos pelo Valor é que o certame terá intensa competição, a exemplo dos últimos. Isso deve resultar em deságios significativos em relação à receita anual permitida (RAP) máxima calculadas pela agência, que totaliza R\$ 2,139 bilhões, considerando que todos os lotes sejam arrematados. O último leilão de transmissão realizado em junho teve deságio médio de 55,26%, o maior em 20 anos, o que significará economia de cerca de R\$ 14,1 bilhões aos consumidores ao longo dos 30 anos de vigência dos contratos.

"O leilão deve ser muito disputado, estamos com uma relação entre RAP e capex muito interessante. Não sei se o deságio chegará a superar 50%, porque os investidores estão mais cautelosos", afirmou Thais Prandini, diretora executiva da consultoria Thymos Energia.

Em relatório publicado no início deste mês, o BTG Pactual calculou que o valor presente líquido dos ativos envolvidos pode chegar a R\$ 2,2 bilhões no total, considerando uma taxa de retorno média próxima a 12%. A competição acirrada puxa os retornos para baixo, mas a aposta do banco é que as companhias consigam melhorar as taxas por meio de medidas como a antecipação da construção, a redução de investimentos e soluções mais baratas para a alavancagem dos empreendimentos.

O grande número de investidores disputando cada lote, visto nos últimos leilões, deve se repetir no certame de amanhã, afirmou o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, ao participar de evento em São Paulo no início deste mês. O

leilão de junho terminou com 8,65 ofertantes por lote, pouco abaixo da taxa recorde vista em dezembro de 2017, de 12,09 proponentes por lote. Além disso, a presença forte de investidores estrangeiros deve se repetir. "Tivemos oito países participando do último leilão, sinal que o investidor externo está de olho", disse Pepitone.

A companhia indiana Sterlite, que roubou a cena no último leilão com o sucesso em seis lotes, deve voltar com força para a disputa marcada para amanhã. A franco-belga Engie também está preparada para o leilão.

Os chineses, que tiveram presença tímida nos últimos certames, podem voltar a aparecer. A State Grid deve participar por meio da CPFL Energia. Também se espera a presença da Shanghai Electric, que negociou a aquisição de ativos de transmissão da Eletrosul recentemente e recuou no último momento. Esses ativos foram reestruturados e incluídos no leilão de amanhã, com taxas de retorno mais atrativas.

O presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, afirmou que seu interesse é nos lotes que tenham sinergia com as operações da empresa. "Estamos olhando. Temos alguns lotes de interesse, sempre naquela filosofia de olhar os lotes que tenham alguma sinergia com nossas operações. É um leilão que tem um volume grande de linhas e que, de uma certa maneira, entendemos que terá oportunidades para os agentes ganharem concessões que façam sentido dentro dos seus portfólios", disse o executivo.

O grande número de investidores na disputa por cada lote, visto nos últimos leilões, deve se repetir amanhã

O tamanho dos ativos é um atrativo à parte desse leilão. Dois lotes, por exemplo, envolvem investimentos superiores a R\$ 2 bilhões. Reynaldo Passanezi, presidente da ISA Cteep, controlada pela colombiana estatal ISA, disse que o fato de os ativos ofertados não envolverem grande sinergias com as operações da companhia não afastam seu interesse. "São lotes grandes. E lote grande não precisa de sinergia com ninguém, por si já se bastam", disse ao participar de evento em 6 de dezembro.

São esperadas ainda a participação de companhias como Equatorial e EDP Energias do Brasil. A Taesa, cujo controle é compartilhado por Cemig e ISA, também têm planos para o certame, apesar da aquisição dos ativos da J&F nesse segmento, anunciada na noite de segunda-feira.

Os lotes menores, por sua vez, devem atrair investidores de menor porte, financeiros, e entrantes. Segundo Miriam Signor, especialista em infraestrutura do escritório Stocche Forbes Advogados, além de tradicionais empresas de

energia nacionais e estrangeiras e de empreiteiras de variados tamanhos, há um grande interesse no leilão por parte de fundos de investimentos em participações.

"Os fundos estão vindo bem agressivos", afirmou Miriam. De acordo com a especialista, o setor de transmissão hoje é um dos mais atrativos para investimentos em infraestrutura no Brasil, devido à previsibilidade de receita no longo prazo e à estabilidade regulatória. "Se você quer investir em infraestrutura, o melhor setor é transmissão de energia", completou.

Para os fornecedores de máquinas e equipamentos, o leilão de transmissão é uma grande oportunidade em termos de negócios. "O último leilão foi bem-sucedido para a GE e estamos trabalhando fortemente para termos um ótimo desempenho neste também. Nosso objetivo é seguir sendo reconhecidos no mercado como um parceiro competitivo e confiável para os investidores do leilão", disse Emanuel Bertolini, gerente geral da divisão de Grid Solutions da GE Power para as Américas.

O BNDES continua sendo a principal fonte de financiamento do segmento, embora outras formas de captação, como debêntures de infraestrutura, estejam ganhando mais força no mercado.

O escritório Mattos Filho destacou, em relatório, a possibilidade de os vencedores do leilão pleitearem a linha de crédito específica elaborada pelo BNDES. Pela linha, o financiamento pode ser concedido pelo banco de fomento no valor mínimo de R\$ 20 milhões até o equivalente a 80% do valor do empreendimento. A linha de crédito também possibilita que o projeto tenha alavancagem adicional por meio de emissão de debêntures de infraestrutura adquiridas pelo banco, observado o requisito de que 20% do valor do projeto seja aportado com recursos próprios. Ao financiamento podem ser aplicadas a taxa de longo prazo (TLP) ou ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Novo governo pode rever modelagem de Angra 3

As obras da usina nuclear de Angra 3 estão paradas desde setembro de 2015 e estima-se que são necessários mais R\$ 15,5 bilhões para serem concluídas

O governo do presidente eleito Jair Bolsonaro poderá rever a modelagem atualmente em estudo para a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3. O Valor apurou que, com o apoio declarado do novo presidente ao empreendimento e com a indicação de um especialista no setor nuclear, o almirante Bento Albuquerque, para o ministério de Minas e Energia, uma ala da equipe de transição do governo defende que o projeto volte a ter participação relevante da Eletrobras ou da União.

O modelo atual em estudo pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) prevê que a retomada da construção da terceira usina nuclear brasileira seja feita com a entrada de um sócio estrangeiro no projeto. O novo sócio ficaria responsável pelo restante do investimento necessário para completar a obra, estimado em R\$ 15,5 bilhões.

Para compensar o aporte, são estudadas duas alternativas. A primeira prevê que o novo sócio tenha participação em Angra 3 proporcional ao investimento na usina. Nesse caso, ele pode até ser acionista majoritário, mas a operação da usina permaneceria nas mãos da Eletronuclear, braço da Eletrobras responsável pela geração de energia nuclear. A outra alternativa seria a entrada do sócio no capital da Eletronuclear, porém com participação minoritária, permanecendo o controle da subsidiária nas mãos da Eletrobras.

As duas alternativas foram desenhadas pelo CNPE para garantir a entrada de recursos estrangeiros para o projeto e, ao mesmo tempo, cumprir o que está previsto na Constituição, que determina que o controle da atividade na área nuclear seja da União.

Com a eleição de Bolsonaro, que declarou apoio à Angra 3 durante a campanha, e a indicação de Bento Albuquerque para o ministério, uma ala na equipe de transição defende a revisão do desenho feito pelo CNPE. Nesse caso, a ideia é que a União continue com participação relevante, ou até mesmo integral, em Angra 3.

Nesse novo cenário, ainda não há uma solução para o financiamento do projeto, que em princípio ficaria a cargo da Eletrobras. Segundo uma fonte, é preciso aguardar o plano de negócios da Eletrobras 2019-2023 para saber quais serão os principais investimentos previstos pela companhia e as suas necessidades financeiras. O Valor apurou que o plano pode ser aprovado pelo conselho de administração da Eletrobras na sexta-feira.

Segundo a fonte, com as principais obras da Eletrobras chegando ao fim, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte, prevista para terminar em 2019, a estatal voltaria a ter fôlego para investir e, diante do novo cenário, Angra 3 passaria a ser prioridade para a companhia.

O novo desenho especulado para a retomada de Angra 3, porém, esbarra em três problemas. O primeiro é a situação financeira da Eletrobras. Reportagem recente publicada pelo Valor mostrou que parte da equipe de transição está preocupada com o vencimento, em julho de 2019, de títulos da dívida emitidos pela estatal no exterior no valor de US\$ 1 bilhão. Sem dinheiro suficiente em caixa para honrar o pagamento, a estatal teria que fazer a rolagem da dívida.

O segundo é o plano atual de privatização da Eletrobras. Caso Bolsonaro decida seguir em frente com a desestatização da companhia, Angra 3 e a Eletronuclear deverão ser desmembradas da companhia elétrica para continuarem sob controle da União. E o último é um potencial conflito com a equipe econômica de Bolsonaro, liderada por Paulo Guedes e que busca mais abertura do mercado e menor participação do Estado em investimentos.

Em outubro, o CNPE aprovou o reajuste na tarifa de Angra 3, de R\$ 250 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 480/MWh. A medida melhorou a perspectiva financeira do empreendimento para renegociar empréstimos com o BNDES e a Caixa Econômica Federal e concretizar uma parceria com um sócio estrangeiro.

Com índice de conclusão de 67%, Angra 3 teve as obras interrompidas em setembro de 2015, devido a investigações no âmbito da Lava Jato e ao não pagamento, pela Eletronuclear, a fornecedores do empreendimento. A usina, que terá capacidade instalada de 1.405 MW, está prevista para entrar em operação em 2026, de acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027, da Empresa de Pesquisa Energética. (EPE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Gustavo Estrella assumirá presidência da CPFL Energia

Atual vice-presidente financeiro e de relações com investidores, Estrella substitui André Dorf no dia 1º de fevereiro

Passados dois anos e meio do anúncio da sua aquisição pela chinesa State Grid, a CPFL Energia passará por uma nova transformação interna. André Dorf deixará o comando da companhia em 31 de janeiro, quando a presidência passará a ser ocupada por Gustavo Estrella, vice-presidente financeiro e de relações com investidores do grupo desde 2013.

"Depois de seis anos no grupo, dois e meio à frente da CPFL Energia, tomei a decisão de encerrar esse ciclo e seguir para um novo caminho profissional", disse Dorf, em entrevista ao Valor.

A escolha de Estrella para a presidência da companhia, a maior do setor privado integrada de energia do Brasil, se deu por meio do processo interno de sucessão. Há 17 anos no grupo, o futuro presidente da CPFL Energia entrou em 2001 como analista financeiro, até chegar a vice-presidência de financeira, há seis anos. "Olhando para trás, tenho sentimento de orgulho e satisfação. Fui parte da história do grupo, participei de aquisições de empresas, aberturas de capital da holding e da CPFL Renováveis ", destacou Estrella. O atual vice-presidente financeiro adjunto, Yuehui Pan, assumirá seu lugar a partir de 1º de fevereiro.

Depois de 10 anos na Suzano, Dorf entrou no grupo, em 2013, como presidente da CPFL Renováveis. Em julho de 2016, assumiu o comando da holding na saída de Wilson Ferreira Junior, hoje presidente da Eletrobras.

A aquisição do controle da CPFL pela State Grid, maior investimento de uma empresa chinesa no Brasil até o momento, foi assinada no primeiro dia de Dorf como presidente da companhia. "Foi um período movimentado e de mudanças, com transição societária e transição no setor", disse ele.

Para Dorf, a companhia evoluiu em diversos aspectos sob sua gestão, com destaque para segurança de trabalho, na qual estão com os melhores indicadores da história. Na parte de serviços aos clientes, a CPFL também teve melhora expressiva em todas as distribuidoras do grupo, reduzindo os indicadores de interrupção do serviço a mínimas históricas.

"Em resultados financeiros, também estamos com números recordes. Além disso, os investimentos no futuro estão sendo expressivos. Ano passado, investimos R\$ 2,6 bilhões", disse o executivo. A projeção para 2018 é de investimentos da ordem de R\$ 2,1 bilhões. "São quase R\$ 5 bilhões em dois anos, voltados para a base regulatória de ativos mas também para novos negócios e novas marcas que abrimos ao longo desses dois anos e meio", completou.

Dorf destacou que sua principal missão na companhia foi fazer a transição societária de forma "harmônica", sem que a companhia deixasse de aproveitar oportunidades. "Foi um ciclo muito proveitoso", disse.

Olhando para a frente, Estrella vê muitos desafios no setor elétrico, que deve passar por transformações com aumento de novas tecnologias. "Vemos uma série de mudanças que vão alterar radicalmente nosso negócio. O desafio é preparar a companhia para atuar como protagonista no setor."

"O grupo tem a ambição de crescimento via aquisições, igualmente em geração, transmissão e distribuição", disse Estrella. A CPFL pretende ainda participar de leilões, como o de transmissão de amanhã, além de atuar fortemente em novos negócios como geração distribuída.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Taesa aposta em sinergias e compra ativos da J&F

Ativos comprados são complementares, diz Lycurgo, presidente da companhia

A aquisição de quatro empreendimentos de transmissão da Âmbar, braço de energia da J&F, reforça a estratégia da Taesa de crescer por meio de ativos que ofereçam ganhos sinérgicos e receita no longo prazo. A transmissora assinou, na segunda-feira, acordo para adquirir 1,2 mil quilômetros em linhas de transmissão por meio de quatro ativos: as transmissoras São Pedro, São Paulo, além de 51% das ações da Triângulo Mineiro Transmissora e o mesmo percentual da Vale do São Bartolomeu.

O negócio envolve o pagamento de R\$ 942,5 milhões, mais a assunção de cerca de R\$ 362,8 milhões em dívida líquida. Para a Âmbar, o negócio vai significar entrada de dinheiro nas mãos da holding, a J&F, que precisa de recursos para fazer frente aos desembolsos do acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal (MPF).

"Nossa abordagem para qualquer oportunidade pressupõe uma série de análises, sinergias e também a capacidade da empresa de acomodar as operações no balanço. Tínhamos feito essa análise anteriormente e o fechamento da operação não inviabiliza nem compromete nossa estratégia de participação do leilão", disse José Ragone, diretor de novos negócios da

companhia, se referindo ao certame de amanhã, que vai licitar R\$ 13,2 bilhões em investimentos em novos ativos de transmissão.

O cálculo da compra também levou em conta a aquisição das participações minoritárias de Furnas, controlada da Eletrobras, em dois dos ativos. A Taesa pagou R\$ 126,2 milhões por 51% da Vale do São Bartolomeu, na qual Furnas tem 39% e a Celg os outros 10%. A Triângulo Mineiro Transmissora teve a fatia de 51% vendida por R\$ 150,9%, sendo que Furnas tem os 49% restantes.

Segundo Humberto Farias, presidente da Âmbar, Furnas tem direito de preferência sobre os ativos, e deve ser consultada.

Como a estatal está vendendo participações minoritárias, a expectativa da Taesa é de que essas fatias sejam incluídas em um novo leilão, a exemplo do que já fez recentemente. "O que se fala é em uma segunda onda de desinvestimentos em outras participações, que provavelmente podem incluir esses ativos, então há essa possibilidade de aquisição da participação da Eletrobras, na qual teríamos interesse", disse Raul Lycurgo, presidente da Taesa.

Para financiar o negócio, a Taesa captou cerca de R\$ 850 milhões em recursos com custo de 107% a 111,5% do CDI, com prazos de cinco a sete anos. Segundo Marcus Aucélio, diretor financeiro da companhia, as condições foram "bastante favoráveis", com uma taxa de retorno que "com certeza remunera de forma bastante satisfatória os acionistas."

Em relatório, o Bradesco BBI calculou que a taxa de retorno do negócio está próxima de 12%, considerando a alavancagem de 90% dos recursos e o Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado de R\$ 116 milhões em 2019. A taxa é superior ao retorno implícito calculado pelo banco para as units da Taesa hoje, em torno de 8,5%. Assumindo uma taxa de desconto de 7,5% do custo de capital, os ativos vão acrescentar um valor presente líquido de R\$ 153 milhões à Taesa, algo próximo de 2% de seu valor de mercado.

"Temos uma operação com bastante eficiência financeira e também operacional, totalmente complementar e aderente à posição da Taesa", disse Lycurgo, destacando as sinergias que serão obtidas no negócio.

Já operacionais, os ativos têm receita anual permitida (RAP) de R\$ 130 milhões. "Isso aumenta a capacidade da Taesa para pagamento de dividendos", disse

Lycurgo ontem, ao participar de encontro com analistas promovida pela Apimec, no Rio de Janeiro.

Com a venda dos ativos, a Âmbar vai se concentrar na diversificação de sua atuação, investindo na comercialização e projetos de geração distribuída. "Continuamos também olhando projetos de grande porte. Um que continua nos interessando sempre, havendo suprimento de gás, é fazer a ampliação da termelétrica de Cuiabá", disse Farias, se referindo à usina detida pela companhia no Mato Grosso, que se encontra desligada por falta de um acordo para suprimento de gás.

Além da termelétrica, a Âmbar tem também um gasoduto ligado diretamente à Bolívia. "Acompanhamos muito de perto o término do contrato da Bolívia com a Petrobras e também as negociações dos bolivianos com a Argentina. Havendo condição adequada de suprimento, teremos interesse em fazer a ampliação", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha

Título: BRK fecha acordo inédito com BID

Uma das principais operadoras privadas de saneamento do país, a BRK Ambiental (ex-Odebrecht Ambiental), conseguiu diversificar o leque de financiamento de seus projetos ao fechar acordo com o BID Invest, braço do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O banco emprestará R\$ 350 milhões que serão utilizados na Parceria Público-Privada (PPP) da empresa na Região Metropolitana do Recife.

A PPP assinada em 2013 com a Compesa, estatal de saneamento de Pernambuco, teve seu escopo renegociado no fim do ano passado, com a parte de desembolso atribuído à BRK elevado de R\$ 5 bilhões para R\$ 6 bilhões. O empréstimo do BID Invest leva em conta o crescimento dos investimentos. O contrato da PPP é de 35 anos.

Teresa Vernaglia, presidente da BRK Ambiental, explica que o projeto do Recife é a maior PPP do país, atendendo 4 milhões de pessoas em 15 cidades. "É um projeto extremamente relevante para BRK e para a região. Esperamos que com essa parceria com o BID Invest possamos alavancar esses investimentos e a expectativa é que em 20 anos a gente atinja 90% do esgoto tratado e coletado", afirmou a executiva ao Valor.

Atualmente, 40% da população da região tem acesso a esgoto. Quando a Odebrecht Ambiental assumiu a PPP, em 2013, o nível de esgotamento estava na casa dos 5%.

"É um exemplo, na nossa perspectiva, do impacto do saneamento na economia. Os empregos que já estão sendo gerados na região do Recife são representativos, além da arrecadação dos impostos. O saneamento é um investimento que fica para a localidade, para a população", afirma a presidente da BRK. A empresa calcula que já foram gerados 2 mil empregos com a PPP e arrecadados R\$ 210 milhões em impostos.

Para o BID, a parceria com uma empresa como a BRK, controlada pela canadense Brookfield, foi a oportunidade para iniciar o financiamento a um novo segmento de infraestrutura no país. Javier Rodriguez de Colmenares, chefe da divisão de infraestrutura e energia do BID Invest, diz que o alinhamento de intenções tornou a companhia o "melhor parceiro".

"Acompanhamos a aquisição da antiga Odebrecht Ambiental pela Brookfield e, na época, não podíamos trabalhar com a Odebrecht Ambiental por questões óbvias. O trabalho de 'due dilligence' e 'compliance' feito pela Brookfield e como foi reorganizada a companhia foi o que nos animou para apoiá-los", disse Colmenares.

O representante do BID Invest explica que, para além do enquadramento nas diretrizes de conformidade do banco, a BRK teve de demonstrar o impacto dos investimentos nas populações vulneráveis, com destaque para mulheres e crianças. "Não é só uma questão de financiamento e de governança, temos muito interesse em aplicar programas de gênero, de apoio às mulheres, particularmente. Nesse ponto, a abertura da BRK para esse tipo de trabalho é total", afirmou.

O financiamento foi feito em reais, mudança iniciada pelo BID há três anos, com prazo de pagamento de 20 anos. O empréstimo foi feito a condições de mercado, sem subsídio. "Esperamos que seja o primeiro de muitos."

Da parte da BRK, o montante ajuda a reforçar um projeto de investimento de R\$ 7 bilhões nos próximos cinco anos nas operações atuais da companhia. Até o momento, R\$ 1 bilhão já foi desembolsado. A empresa está presente em mais de 180 municípios atualmente, atendendo 15 milhões de pessoas. "Queremos outras concessões, outras PPPs, então é muito importante que haja uma diversificação dos fundos, por isso é tão relevante para nós essa transação", diz Teresa.

Além do apoio direto a projetos, o BID estrutura um fundo de crédito de infraestrutura com apoio de terceiros. A intenção é continuar apoiando projetos de energias limpas, saneamento e também em áreas como transporte, saúde e educação. "O fundo é para infraestrutura sustentável. A partir desse ponto de vista, ambicionamos promover mercados de capitais e fundos de liquidez para financiamento de infraestrutura. Com ele, no lugar de cinco ou seis projetos por ano, podemos fazer o dobro disso", completa Colmenares.

MME / ASCOM .